



3396 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)
GT 12 - Currículo

CURRÍCULO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UM OUTRO OLHAR PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Simone Ferreira Soares dos Santos - UCDB - Universidade Católica Dom Bosco

Este artigo tem como objetivo enfatizar a concepção dos professores entrevistados sobre a discussão das relações étnico-raciais no currículo e na formação continuada. O currículo é concebido não apenas como um artefato que transmite conteúdos prontos e acabados, ele produz identidades e diferenças. Argumenta-se que para uma maior inserção dos conteúdos que enfatizem a História e Cultura da África e Afro-brasileira no currículo, é fundamental que a formação continuada implemente estas discussões, aprofundando o conhecimento teórico e metodológico do professor. Baseado nessa perspectiva teórica, o artigo baseia-se nos princípios da pesquisa qualitativa em educação. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com 06 professores. A pesquisa mostra que as identidades negras presentes no currículo não são vistas a partir de suas particularidades e diferenças. Na maioria das vezes são invisibilizadas ou estereotipadas. Concluiu-se que os professores entrevistados não discutem as relações étnico-raciais de forma sistemática no currículo, não atendendo ao preconizado pela lei 10.639/2003.

Palavras-chave: Currículo. Relações étnico-raciais. Formação continuada.

Introdução

Este artigo tem como objetivo enfatizar a concepção dos professores entrevistados sobre a discussão das relações étnico-raciais no currículo e na formação continuada. Estrutura-se nos princípios da pesquisa qualitativa em educação. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com 06 professores dos anos finais do ensino fundamental de uma escola pública estadual da região centro-oeste, com alto IDEB em 2011, 2013 e 2015. É importante ressaltar que os nomes atribuídos aos professores são pseudônimos, uma vez que o anonimato foi garantido desde o início da pesquisa.

Colocar em prática um currículo que contemple a História da África e dos Afro-brasileiros ocasiona tensões e desafios, pois questiona o currículo eurocêntrico, demasiadamente marcado pela colonialidade que impõe uma formação monocultural, que não privilegia a discussão das relações étnico-raciais.

Com base no que foi proposto no objetivo, o artigo irá abordar um diálogo sobre o currículo para a educação das relações étnico-raciais, no contexto da escola pesquisada, bem como a importância da formação de professores que contemple estas discussões, frisando a necessidade do currículo dar visibilidade a História e Cultura da África e dos Afro-brasileiros, conforme contemplado pela lei nº10.639/2003.

Currículo e relações étnico-raciais: um diálogo sobre a formação de professores da educação básica

No espaço educacional deparamos com identidades provindas de várias culturas. Entre as identidades presentes nestes espaços está o aluno pertencente a cultura negra. Porém, estes não são vistos a partir de suas particularidades, ou seja, suas identidades, na maioria das vezes, são invisibilizadas no currículo hegemônico. Esta invisibilidade corresponde a vários aspectos no qual a marca da colonialidade se faz presente nos tempos atuais. A discussão que valoriza a história de vida dos alunos e professores têm que estar presente no currículo para colocar em xeque a cultura hegemônica:

Nos últimos anos o fato de as escolas incorporarem a questão da história da África e das culturas afro-brasileiras no currículo escolar desestabiliza. Desde que isso não seja visto só como atividades isoladas em determinado momento do ano escolar. Essa preocupação desestabiliza e obriga a repensar a questão do currículo, da seleção de conteúdos, dos processos de ensino-aprendizagem na escola. (CANDAU, 2011, p. 282).

Colocar em prática um currículo que contemple a História e a Cultura da África e dos Afro-brasileiros ocasiona tensões e desafios. Este trabalho possibilita um outro olhar para os negros diante das histórias que por muitos anos sofreram, e ainda sofrem, incluindo processos de subordinação. É nesta direção que questionamos o currículo eurocêntrico, demasiadamente marcado pela colonialidade:

A colonialidade se mantém viva nos manuais de aprendizagem, nos critérios para os trabalhos acadêmicos, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos, e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna. Enfim, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente. (MALDONADO-TORRES, 2007, p.131).

Desconstruir estas marcas é enfrentar os desafios no campo pedagógico. É trazer a tona as pedagogias decoloniais. "Isso significa tomar a diferença como um constituinte dos processos educativos, uma vez que tais processos são construídos por meio de relações socioculturais entre seres humanos e sujeitos sociais". (GOMES; SILVA, 2011, p. 16).

Relações que são percebidas por alguns professores durante as entrevistas realizadas. Ao perguntar para os professores se discutem em sala de aula a História e Cultura da África e dos Afro-brasileiros, alguns dizem que discutem, como por exemplo o professor Paulo.

A gente discute porque não há como ensinar a história e não entrar a cultura, e a história da África no meio [...] não tem como ensinar história se não entender a importância da participação do povo africano na formação do povo brasileiro.

Como mencionado pelo professor, indo na direção do que enfatiza a lei nº 10.639/2003, este inclui a discussão no currículo.

Outros professores afirmaram que não dão prioridade para estes conteúdos no currículo. A professora Márcia enfatiza: "[...] Então, em alguns momentos a gente trabalha, mas não parar só para falar sobre isto, entendeu? [...] Dizer assim para você que eu vou parar uma aula e falar só sobre isto não, agente fala dentro do conteúdo". Esta mesma professora, em outro momento, diz que o trabalho em relação as atitudes estereotipadas pode atrapalhar e produzir mais preconceitos .

Recentemente aquele caso do jogador que jogaram a banana nele, ele comeu a banana, pra ele resolveu aquilo ali, só que a mídia ficou o tempo todo falando sobre aquilo, já virou uma coisa assim... então às vezes você falando para criança, às vezes eles se chamam - ó neguinho não o que, gente para, mas não fica ali em cima da criança que às vezes é instintivo, eles se tratam desta forma, às vezes você acha que aquilo ali ofende, mas não, às vezes é o jeito deles mesmo conversar. (Professora Márcia).

Em se tratando de desconstrução e ressignificação de práticas curriculares, Candau (2006) nos traz alguns elementos que contribuem para o diálogo entre as diferentes culturas presentes na escola, contradizendo a professora Márcia. Ela aponta que necessitamos **reconhecer nossas identidades culturais**, devemos refletir sobre **as representações dos "outros"**. O terceiro elemento é **conceber a prática pedagógica como um processo de negociação cultural**, isto é, onde, por meio do diálogo, as diferenças se relaciona sem que haja processos de inferiorização e subalternização.

Com base nestas reflexões referentes as práticas pedagógicas nos currículos, a formação continuada precisa ser vista como um processo inacabado, complexo, permanente, que esteja em constante transformação, para que a reflexão em torno da prática docente possa permitir uma preparação que intervenha nas ações cotidianas. Desta forma, com base em Candau (2006), salientamos que a formação continuada precisa ser ressignificada visando contemplar o diálogo com as diferenças presentes nos espaços educacionais.

Este tipo de diálogo tem que ser algo destacado no sentido de refletir e compreender que práticas

racistas estão presentes, devendo ser colocadas no centro das discussões sobre as estratégias de ações educativas que possam contribuir para combater essas práticas, inclusive as práticas essencializadas que, infelizmente, estão impregnadas nas concepções de muitos professores. Uma vez que nossa formação histórica não favoreceu o respeito à diferença, o diálogo se faz necessário como forma de combate ao racismo:

O diálogo tem privilegiado estratégias de combate ao racismo na sociedade e no sistema através de ações educativas. O racismo é visto como um problema cultural, moral, de mentalidades, logo seu combate passa a ser caracterizado como uma intervenção educativa, pedagógica e, conseqüentemente, dar ênfase em intervenções no sistema escolar visto como um dos espaços educativos por excelência, como um espaço pedagógico e cultural, capaz de mudar imaginários, valores, culturas e condutas. (ARROYO, 2010, p.113).

Por mais que muitos professores demonstrem interesse em trabalhar sobre a História e Cultura da África e dos Afro-brasileiros, demonstram a necessidade de formação que questione o currículo hegemônico. O professor Paulo afirma que já participou de formação para estas questões ofertada pelo Estado, ocorrida na própria escola. "[...] Foi uma manhã de estudo na escola, o estado mandou o material, cada grupo se manifestou e contribui com os outros grupos que havia diferentes temas sobre o assunto discutido". (Professor Paulo). A professora Ângela disse que também já participou. "Sim, já participei de formações continuada oferecida pela SED, mas muito tempo atrás... recentemente nenhuma".

Mas, é evidente a fragilidade da formação ofertada aos professores em relação a temática. O desenvolvimento de possibilidades para a desconstrução de práticas homogeneizadas deve ser o objetivo central na formação continuada de professores para o diálogo com as diferenças. Backes e Pavan (2008), trazem algumas proposições que explicitam aspectos envolvendo a formação inicial e continuada para o diálogo com as diferenças, entre os quais destacamos:

Primeira: Para evitar incoerências teóricas e práticas pedagógicas discriminatórias é urgente que haja uma preocupação efetiva na formação de professores e professoras em compreender a diferença (que tem a ver com a cultura enquanto atribuição de sentido) e desigualdade (que tem a ver com a injustiça, exploração, distribuição desigual dos bens materiais) [...]

Segunda: As possibilidades de os professores realizarem um trabalho pedagógico não excludente aumentam significativamente quando estes consideram as inúmeras diferenças culturais [...] como legítimas e se reconhecerem o caráter indigno das desigualdades [...]

Terceira: A inclusão de algumas disciplinas sobre multiculturalismo nos cursos de formação de professores e professoras não é garantia de uma futura prática multicultural. Apesar da importância destas disciplinas é fundamental que a reflexão sobre as diferenças culturais seja uma opção política dos cursos de formação, ou seja, que faça parte de todo o currículo dos cursos de formação, bem como da postura cotidiana dos formadores de professores e professoras [...]. (BACKES; PAVAN, 2008, p. 227-229).

Ao perguntar sobre a importância das discussões sobre as relações étnico-raciais na formação continuada, a professora Rafaela diz: "Acho importante sim ser trabalhado na formação continuada, porque às vezes alguns professores cometem bullying sem querer. Antigamente não era bullying, era piadinha, a brincadeira, ô gordo, baleia, saco de areia". Esta professora chega a dizer em outro momento que o trabalho com o bullying envolve tudo. Entretanto:

Todos nós sabemos que o racismo é muito forte nos dias atuais, mas também cresce o nível de consciência de que o racismo é maléfico e precisa ser combatido, denunciado e eliminado. Sua postura crítica como professor diante desta luta e denúncia é de fundamental importância. (MUNANGA, 2005 p. 40).

Conforme Munanga, o racismo é muito forte para quem sofre. Enquadrá-lo como bullying é no mínimo prejudicial para a desconstrução de práticas racistas, tão presentes na sociedade, sobretudo por enfatizar a dimensão individual e não o processo histórica e social do racismo.

Com base na concepção sobre a necessidade e importância desta discussão na formação, outra professora corrobora dizendo que "sim. Porque a gente vive isto muito na sala de aula. Hoje mesmo tive um caso assim... muitos alunos trazem preconceito de casa e chega aqui, não tem relação de respeito com o colega [...]". (Professora Dete). Esta é uma situação que vivemos em toda sociedade, é importante que seja combatido nos currículos. Muitas vezes, um currículo que coloca em curso ações homogeneizadoras deixa de formar um ser humano capaz de refletir sobre como o racismo foi construído e como combatê-lo.

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas.

Certamente um dos grupos culturais que mais foi ignorado como produtor de riquezas foi o negro. Além disso, alguns sujeitos, em decorrência de uma educação discriminatória, tendem ao preconceito, e esse envolve a sociedade, refletindo-se no contexto escolar. Por causa do preconceito, às vezes professores e alunos relacionam-se nos espaços educacionais com pessoas de várias origens, sem a capacidade de compreender que ser de origem diferente não justifica a discriminação. Quantas riquezas foram deixadas pelos africanos e outros povos que aqui fincaram suas raízes. As práticas curriculares devem trazer ações que visibilizem essas representações culturais e combatam as atitudes racistas presentes nas relações. Alguns professores afirmaram a existência do racismo no espaço educacional. "Já várias vezes, não foi nem uma nem duas, eu parei com a minha aula e aí nós fomos conversar, tomou toda aula." [...] (Professor Joaquim).

O professor Carlos salienta que também já presenciou esta situação. "Eu presenciei, até mesmo eu no caso já fui... foi por meio de brincadeira, mas eu sei que... complicado lidar com isto". O professor demonstra que a situação que ele vivenciou ficou marcada, a ponto de não conseguir dar continuidade ao assunto. A questão racial exige sensibilidade, entender que não é tão fácil, nem simples falar sobre situações de racismo, discriminação racial e preconceito. Muitos preferem o silêncio e o ocultamento (GOMES, 2010). Mas esse silêncio não resolve o problema.

Os estereótipos, falas, o sentimento de inferioridade são elementos que estão claramente presentes nos currículos e devem ser cotidianamente combatidos e denunciados. Outro aspecto que pode dificultar a identificação de práticas discriminatórias pelos professores está ligada, como já afirmamos, à formação que lhes é oportunizada, em que não foi e não é contemplada a temática das relações étnico-raciais. Backes (2012, p. 7), diz que "geralmente são práticas veladas e camufladas, vistas como 'brincadeiras', como 'naturais', ou simplesmente não são percebidas".

Considerações finais

O currículo não apenas transmite conteúdos prontos e acabados, ele produz identidades e diferenças. Apesar dos avanços ocorridos no campo das relações étnico-raciais, trata-se de processos lentos, e dialogar sobre o racismo, não é fácil, mas um desafio que deve ser enfrentado, com o intuito de aprofundar o conhecimento teórico e metodológico do professor, para que as concepções hegemônicas sejam desconstruídas no currículo.

Os professores entrevistados, não discutem as relações étnico-raciais de forma sistemática, como preconizado pela lei 10.639/2003. Finalizamos, afirmando que as concepções manifestadas pelos professores em torno da implementação de práticas que enfatizem as relações étnico-raciais nos currículos não se deve a um suposto "eu interior", mas são fruto dos contextos que produziram esses professores, incluindo o precário contexto formativo. Trata-se de um contexto e de uma formação monocultural que não privilegia a discussão das relações étnico-raciais.

Para tanto, é fundamental que se tenha formação continuada sobre as relações étnico-raciais. A formação continuada de professores é uma das principais práticas que tende a romper com atitudes monoculturais e racistas no currículo.

Referências

ARROYO, Miguel Gonçalves. A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. In: GOMES, Nilma Lino (org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 111-130.

BACKES, José Licínio; PAVAN, Ruth. A desconstrução das narrativas curriculares excludentes: um desafio para a formação de professores. In: RODRIGUES, Margarita Victoria; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização**. Brasília: Editora UCDB, 2008. p. 215-232.

BACKES, José Licínio. Os estudos étnico-raciais e os impactos na educação básica. In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, UNICAMP, Campinas - SP, 2012.

CANDAU, Vera Maria. O/A educador/a como agente cultural In: LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth Fernandes; ALVES, Maria Palmira Carlos (orgs.). **Cultura e política de currículo**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2006. p. 35-52.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Movimento sociais, processos de inclusão e educação. **Revista Teias**, v. 12, n. 24, p. 279-284, jan./abr. 2011.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino. **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 97-110.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha B. Gonçalves. O desafio da diversidade. In: GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha B. Gonçalves. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 13-33.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago. e GROSFOGUEL, Ramón. (Orgs.). **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-167.

MUNANGA, Kubengele, **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.